



1       **Ata da Sessão Ordinária do Conselho Pleno da Ordem dos Advogados do**  
2       **Brasil – Seccional Tocantins – triênio 2013/2015**  
3       **(4ª Reunião)**

4  
5  
6  
7       **Data:**       16 de maio de 2014, 14h00min.

8       **Local:**        Sede do Conselho Seccional da OAB/TO

9       Quadra 201 Norte, Conjunto 03, Lotes 1 e 2, Palmas – TO

10  
11  
12       Aos dezesseis dias do mês de maio do ano de dois mil e quatorze (16/05/2014),  
13       no plenário da sede da Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional do Tocantins  
14       (OAB/TO), após terem sido previamente convocados, reuniram-se na segunda  
15       sessão ordinária os membros da OAB/TO eleitos para o triênio 2013/2015,  
16       onde presentes se achavam: **Diretoria:** Presidente - Epitácio Brandão Lopes,  
17       OAB/TO nº 315; Vice-Presidente - Rubens Dario Lima Câmara, OAB/TO nº  
18       2.807; Secretário - Geral - Paulo Saint-Martin de Oliveira, OAB/TO nº 1.648;  
19       Diretor-Tesoureiro - Pompílio Lustosa Messias Sobrinho, OAB/TO nº 1.807;  
20       **Conselheiro Nato:** Ercílio Bezerra de Castro Filho. **Conselheiros Estaduais:**  
21       Adwardys Barros Vinhal, Alessandro de Paula Canedo, Alex Hennemann,  
22       Alexandre Abreu Aires Junior, Célio Alves de Moura, Dinalva Bezerra Costa,  
23       Dorema Silva Costa, Fernando Palma Pimenta Furlan, José Pedro da Silva,  
24       Orlando Rodrigues Pinto, Marcello Bruno Farinha das Neves, Moema Neri  
25       Ferreira Nunes, Rodrigo Otávio Coelho Soares, Ronan e Túlio Jorge Ribeiro de  
26       Magalhães Chegury, e dos **Conselheiros Estaduais Suplentes:** Márcio  
27       Gonçalves Moreira e Roger Ottaño. **Conselheiros Federais:** Gedeon Batista  
28       Pitaluga Júnior e Carlos Augusto Pinheiro de Souza. **Ausências justificadas:**  
29       Conselheiros José Augusto Bezerra Lopes, Orlando Rodrigues Pinto e Pedro  
30       Carvalho Martins. A seguir, verificado o *quórum legal*, o Presidente do Conselho  
31       Seccional declarou aberta a sessão, saudando os presentes e desejando sucesso  
32       nos trabalhos do dia, e parabenizou os aniversariantes do mês de maio: Dr.  
33       Otacílio Ribeiro de Sousa Neto, Presidente da Subseção de Porto Nacional, Dra.  
34       Dinalva Bezerra Costa, Conselheira Estadual Suplente, Dr. Solano Carnot  
35       Damascena, Conselheiro Estadual Suplente, Dr. Marcelo Wallace de Lima,  
36       Presidente da CAATO e Vézio Azevedo Cunha, Conselheiro estadual Suplente.  
37       Após, o Presidente Epitácio Brandão concedeu a palavra ao Conselheiro Antônio  
38       Ianowich, que da tribuna justificou o motivo do seu pedido de afastamento do  
39       Conselho, e reiterou seu compromisso com o Conselho e com a classe, e que em  
40       breve retornará a essa casa. O Presidente Epitácio Brandão agradeceu ao  
41       Conselheiro Antônio Ianowich por sua intensa participação e atividade no  
42       Conselho. Em seguida o Presidente Epitácio Brandão colocou em apreciação a  
43       Ata da sessão anterior, submetida à votação, foi aprovada por unanimidade.  
44       Registrou-se as presenças do Presidente da Subseção de Gurupi Albery Oliveira,  
45       do Procurador de Defesa das Prerrogativas Dr. Marcos Frederico Miranda, do  
46       Presidente da Comissão de Direito Previdenciário Jadson Cleyton dos Santos.



1 Em seguida o Presidente Epitácio Brandão. Em seguida o Presidente Epitácio  
2 Brandão indagou se haveria alguma sustentação oral no julgamento dos  
3 recursos ético-disciplinares, sendo informado que havia duas inscrições, motivo  
4 pelo qual inverteu a ordem da pauta e colocou em apreciação os processos nos  
5 quais haveria sustentação oral, em seguida, em razão do sigilo, solicitou aos  
6 presentes não membros da Diretoria, Conselho, etc. que se retirassem e colocou  
7 em pauta os **itens 12, 13, 14 e 15 da Pauta: Processo nº 817/2011**,  
8 Representante o Presidente da 1ª Câmara do Tribunal de Justiça do Estado do  
9 Tocantins e Representado o Conselheiro Antônio Ianowich Filho. O relator  
10 Conselheiro Adwardys Vinhal fez leitura do relatório, como não houve  
11 questionamentos passou-se ao voto que ao final julgou improcedente a  
12 representação. O Representado compareceu à sessão e fez sustentação oral,  
13 colocada a matéria em votação foi aprovada por unanimidade nos termos do  
14 voto do relator. Em seguida passou-se ao julgamento do **Processo nº**  
15 **555/2009**, Recorrente Waldiney Gomes de Moraes e Recorrido Adoilton José  
16 Ernesto de Souza. O relator Conselheiro Túlio Chegury, fez leitura do relatório,  
17 como não houve questionamentos passou-se ao voto que ao final recebeu o  
18 recurso e no mérito negou-lhe seguimento mantendo incólume o julgamento  
19 proferido pelo TED que determinou o arquivamento do feito. Colocada em  
20 discussão o Conselheiro Alex Hennemann requereu vista dos autos em mesa, o  
21 que foi deferido tendo o Presidente Epitácio Brandão suspenso o julgamento  
22 do processo. Passado o prazo regimental, o Conselheiro Alex Hennemann, teceu  
23 considerações sob a exceção de suspeição proposta pelo recorrente em face do  
24 Conselheiro relator à época Dr. Fernando Rezende. Passa à matéria em  
25 discussão, o Conselheiro Adwardys Vinhal manifestou entendendo que a  
26 questão está prejudicada. O Conselheiro Tulio Chegury em sua manifestação  
27 asseverou que a questão está preclusa. Diante da discussão, o Presidente  
28 Epitácio Brandão colocou a matéria em votação como questão de ordem tendo  
29 sido rejeitada por unanimidade. Ato contínuo o Presidente Epitácio Brandão  
30 devolveu a palavra ao Conselheiro Alex Hennemann que apresentou voto oral  
31 divergente no sentido de aplicar ao recorrido pena ética disciplinar de censura  
32 cumulada com multa no valor de 03 (três) anuidades pela infração ao artigo 11  
33 do Código de Ética c/c artigo 36 inciso II do Estatuto. Colocada a matéria em  
34 votação houve 04 (quatro) votos acompanhando a relatoria e 11 (onze) votos  
35 acompanhando a divergência levantada pelo Conselheiro Alex Hennemann,  
36 assim venceu a divergência no sentido de aplicar ao recorrido pena de censura  
37 cumulada com multa no valor de 03 (três) anuidades. O Conselheiro Alex  
38 Hennemann ficou de apresentar declaração de voto por escrito. Passou-se ao  
39 julgamento do **Processo nº 659/2010**, figurando como Recorrente: Paulo  
40 Roberto Vieira Negrão e Recorrido: Raymundo Nonato Barbosa, o relator  
41 Conselheiro Túlio Chegury, proferiu leitura do relatório como não houve  
42 discussão passou-se ao voto que ao final recebeu o recurso e no mérito negou-  
43 lhe provimento mantendo incólume a decisão do Tribunal de Ética e Disciplina  
44 que aplicou ao recorrente pena ética disciplinar de suspensão do exercício  
45 profissional por 06 (seis) meses pena infração ao artigo 34 incisos XX e XXI c/c  
46 artigo 37 §§ 1º e 2º do Estatuto da Advocacia. Colocada a matéria a votação foi



1 aprovada por unanimidade nos termos do voto do relator. Passou-se ao  
2 julgamento do **Processo nº 842/2011**, sendo Recorrente Dave Sollys dos  
3 Santos e Recorrido: Ex Ofício – MM. Juiz da Vara do Trabalho de Araguaína –  
4 TO. O Relator Conselheiro Fernando Furlan inicialmente fez leitura do relatório.  
5 Em razão do requerimento do Recorrente para retirar de pauta e suspender o  
6 julgamento, por motivo de doença de seu procurador, protocolado hoje às treze  
7 horas e cinquenta e oito minutos, o Relator manifestou por retirar o processo de  
8 pauta. Em seguida o Presidente Epitácio Brandão suspendeu os julgamentos  
9 dos processos ético-disciplinares e convidou os integrantes da quadrilha junina  
10 que se apresentará na festa junina que se realizará no dia quatorze de junho,  
11 para divulgação e entrega de convites aos Conselheiros. Em seguida o  
12 Presidente Epitácio Brandão comunicou que recebeu pedido dos Conselheiros  
13 Rodrigo Otavio e Alex Hennemann sobre preferência nas apreciações de temas  
14 incluídos na pauta por sugestão dos Conselheiros, e respondeu que não será  
15 possível essa preferência quando houver relator designado, mas se  
16 comprometeu a dar a preferência sempre que possível. Em seguida passou as  
17 mãos do Conselheiro Roger Otano estudo para sua apreciação. Após o  
18 Presidente Epitácio Brandão colocou em apreciação um pedido do Conselho  
19 Federal para criação de uma Comissão de Direito Sindical, submetido a votação,  
20 foi aprovado por unanimidade. Sobre a votação para escolha dos novos  
21 Desembargadores do TJTO, o Presidente Epitácio Brandão informou que  
22 conversou com a Desembargadora Ângela Prudente e esta disse que está  
23 previsto para o dia cinco de junho a escolha do novo desembargador. Em  
24 seguida o Presidente Epitácio Brandão colocou em pauta o **item 03 da Pauta:**  
25 criação da Comissão Especial de Revisão da Tabela de Honorários: o Presidente  
26 Epitácio Brandão esclareceu que há pedidos para alteração da tabela de  
27 honorários dos advogados previdenciários, em razão convocou o Presidente da  
28 Comissão de Direito Previdenciário Dr. Jadson Cleyton dos Santos, o qual disse  
29 que os advogados não estão sendo respeitados nas audiências em processos  
30 previdenciários, que juízes fazem acordo ignorando a opinião ou presença dos  
31 advogados, que a Desembargadora do TRF1 enviará um juiz corregedor ao  
32 Tocantins para averiguar tais fatos, em seguida relatou problemas nas  
33 cobranças de honorários, que a tabela determina trinta por cento, mas que  
34 aumentou muito a quantidade de advogados que militam na área  
35 previdenciária, que o rendimento financeiro dos processos, para os advogados  
36 caiu muito, relatou ainda que as aposentadorias por invalidez somente rendem  
37 dois meses na retroatividade, sendo pequena a parcela para o advogado, que  
38 hoje em dia não estão mais se submetendo aos trinta por cento, mas cobrando  
39 um valor mínimo de três mil e quinhentos reais - contrato por preço fixo -, que  
40 clientes estão representando contra os advogados na OAB, em virtude o  
41 Presidente da Comissão recomendou a alteração da tabela, em seguida o  
42 Presidente Epitácio Brandão defendeu a criação dessa comissão e nomeou os  
43 Conselheiros Rodrigo Otavio, Alessandro Canedo e Alexandre Abreu para  
44 integrá-la, os quais deverão contar com o apoio do Dr. Jadson e da Dra.  
45 Dinalva, e na próxima sessão deverão apresentar sugestões. O Conselheiro Tulio  
46 Chegury sugeriu que se faça uma revisão geral na tabela de honorários, a



1 Conselheira Dorema Costa disse que a tabela não prevê todas as situações e  
2 ainda que a tabela prevê o valor mínimo, e não máximo, que a tabela não é  
3 limitativa, mas exemplificativa, não havendo necessidade de alterar a tabela, o  
4 Conselheiro Alexandre Abreu parabenizou o Dr. Jadson e se dispôs a colaborar,  
5 e relatou os problemas enfrentados por um advogado em uma audiência, ante a  
6 truculência do procurador do INSS, e exibiu a gravação de áudio e vídeo de  
7 parte da audiência de conciliação, e depois da audiência de instrução, em  
8 seguida o Conselheiro Alexandre Abreu sugeriu que a OAB/TO tome  
9 providências sobre o que está ocorrendo no juizado especial federal, e requereu  
10 desagravo público para o advogado ofendido, o Dr. Wilson, e submeteu a  
11 apreciação do Conselho, o Conselheiro Tulio Chegury solicitou o envio de cópias  
12 das gravações ao TED para apurar a conduta do procurador do INSS, o  
13 Conselheiro Marcelo Neres solidarizou com o advogado agravado, o Conselheiro  
14 Rodrigo Otavio disse que não há justiça sem a participação dos advogados, o  
15 Vice-Presidente Rubens Dário disse que quem prejudicou o cliente foi o  
16 procurador do INSS e não o advogado, foi informado que a esposa do Juiz  
17 Federal Dr. Rafael Branquinho é procuradora do INSS, que atua em Gurupi,  
18 mas ele conhece todos os procuradores do INSS, o Conselheiro Federal Carlos  
19 Augusto Pinheiro solicitou que todo o material seja enviado para o Conselho  
20 Federal, o Conselheiro Federal Gedeon Pitaluga disse que a Comissão Nacional  
21 de Prerrogativas já está providenciando as representações, e a Desembargadora  
22 Corregedora dos Juizados Especiais da 1ª Região determinou a vinda de um  
23 Juiz Corregedor para Palmas para averiguar toda essa situação, a Conselheira  
24 Lindalva questionou a isenção do Juiz Rafael Branquinho, pois o mesmo é ex-  
25 procurador do INSS e sua esposa é procuradora do Órgão, o Conselheiro Tulio  
26 Chegury conclamou todos os advogados a relatarem ao TED qualquer atitude  
27 abusiva dos procuradores do INSS, para as devidas providências, o Presidente  
28 da Comissão de Apoio aos Advogados no Início de Carreira Renato de Oliveira  
29 disse conhecer o Procurador do INSS Dr. Wilson, que é experiente e contido,  
30 educado, que nesse caso o mesmo fez teatro, jogando o cliente contra o seu  
31 advogado, lembrou as palavras do ex-presidente Cesar Brito de que o advogado  
32 não deve se acovardar em nenhuma situação, o Presidente Epitácio Brandão  
33 disse que enviará a documentação para os órgãos competentes, acrescentou que  
34 o INSS não dará cumprimento a decisão do STF sobre atendimento aos  
35 advogados, pois entende que se aplica apenas no âmbito do TRF2, e entende  
36 que deve impetrar MS no Tocantins para que o advogado tenha acesso irrestrito  
37 e preferencial aos autos, pede a aprovação do Conselho para impetrar o MS, o  
38 Presidente Epitácio proclamou autorizado, pois não houve divergência. Em  
39 seguida o Presidente Epitácio Brandão informou que a Diretoria efetuou a venda  
40 da área na ARSE 54 por pouco mais de dois milhões de reais, e atendendo  
41 reivindicação do Conselheiro Ronan Pinho será distribuído cem mil reais para a  
42 Subseção de Taguatinga, cem mil reais para a Subseção de Paraíso do  
43 Tocantins, cem mil reais para a subseção de Colinas do Tocantins, cem mil  
44 reais para a Subseção de Gurupi e cem mil reais para a Subseção de Araguaína,  
45 todos para aplicação em seus clubes ou áreas de lazer, e com o restante um  
46 milhão e meio será construído uma sede de para eventos no clube da seccional.



1 Em seguida o Presidente Epitácio Brandão colocou em pauta o **item 01 da**  
2 **Pauta:** Proposta de Emenda Constitucional para que a Assembleia Legislativa  
3 inclua na Constituição Estadual a possibilidade de a OAB/TO intentar ADIN  
4 perante o TJTO, o Conselheiro Márcio Gonçalves disse que se tratava de uma  
5 sugestão para a Assembleia votar a inclusão de tal assunto na CE, vez que esse  
6 tema consta tanto na CF quanto nas constituições de outros Estados o Vice-  
7 Presidente Rubens Dário leu a conclusão do parecer do Presidente da Comissão  
8 de Estudos Constitucionais da OAB, que é favorável ao pleito, submetido a  
9 votação, foi aprovado por unanimidade. Em seguida passou-se ao **item 04 da**  
10 **Pauta:** apresentação, discussão e votação dos balancetes de janeiro, fevereiro e  
11 março de 2014 da OAB/TO: o Conselheiro Rodrigo Otávio parabenizou a  
12 assessoria jurídica da OAB/TO pelo sucesso nas cobranças das anuidades, que  
13 a documentação contábil foi analisada e constou a existência de saldo, mesmo  
14 com a aquisição de dois veículos novos, sugeriu que fosse designado data para a  
15 comissão tratar diretamente com o pessoal da contabilidade da OAB/TO, o  
16 parecer é pela aprovação das contas desses três meses, sem ressalva, submetido  
17 a votação, o parecer da Comissão foi aprovado por unanimidade. O Vice-  
18 Presidente Rubens Dário pediu para constar a presença da Dra. Dulce Furlan.  
19 Em seguida colocou em pauta o **item 05 da Pauta:** apresentação, discussão e  
20 votação dos balancetes de janeiro e fevereiro de 2014 da CAATO: a pedido do  
21 Conselheiro Rodrigo Otavio, tal assunto foi retirado de pauta. O Conselheiro  
22 Rodrigo Otavio disse que tem notado que a OAB/TO passa por um processo  
23 constante de evolução, que gostou da nomeação do Dr. Ercílio Bezerra para  
24 acompanhamento das obras de construção do clube da seccional, o Presidente  
25 Epitácio Brandão comunicou que o Conselheiro Rodrigo Otavio foi nomeado  
26 Presidente da Comissão de Direito Sindical. Em seguida o Conselheiro  
27 Alexandre Abreu lembrou que ainda faltam três processos da Comissão de  
28 Defesa das Prerrogativas, e passou-se ao **item 02 da Pauta:** iniciou pelo  
29 Processo nº 005/2014, e sugeriu que por se tratar de advogados públicos  
30 (defensores públicos), devem ser convidados a vir a OAB/TO e integrar comissão  
31 mista a ser criada para tratar desse assunto, submetido a votação, foi aprovado  
32 por unanimidade; em seguida passou-se ao Processo nº 006/2014, trata-se de  
33 um delegado contumaz em violar prerrogativas de advogados, o Dr. João  
34 Kenupp, solicita autorização para a Comissão de Defesa das Prerrogativas  
35 prestar assessoria a esta advogada, submetido a votação, foi aprovado por  
36 unanimidade; por ultimo o Processo nº 007-2014, solicita autorização para  
37 impetrar HC em favor de advogado, submetido a votação, foi aprovado por  
38 unanimidade. Em seguida o Presidente Epitácio Brandão retomou os  
39 julgamentos dos processos ético-disciplinares, passou-se ao julgamento do  
40 **Processo nº 482/2008**, figurando como Recorrente: Simone de Oliveira Freitas  
41 e Recorrido: Ex Officio – Presidente do Conselho Seccional da OAB/TO. A  
42 relatora Conselheira Dorema Costa fez leitura do relatório como não houve  
43 questionamentos passou-se ao voto que ao final recebeu o recurso e no mérito  
44 deu provimento no sentido de converter a pena ética disciplinar de censura em  
45 advertência em ofício reservado em razão da primariedade da recorrente.  
46 Colocada a matéria em votação foi aprovada por unanimidade nos termos do



1 voto da relatora. Em seguida passou-se ao **Processo nº 1349/2013**, figurando  
2 como Recorrente: Ismael Pedroso Camargo Filho e Recorrido: Ex-Officio -  
3 Presidente do Conselho Seccional da OAB/TO. O relator Conselheiro Fernando  
4 Furlan fez leitura do relatório como não houve questionamentos passou-se ao  
5 voto que ao final recebeu o recurso, mas no mérito negou provimento ao recurso  
6 mantendo incólume o julgamento do TED que aplicou ao recorrente pena ética  
7 disciplinar de censura cumulada com multa no valor de 03 (três) anuidades pela  
8 infração ao § 2º do artigo 10 do Estatuto da Advocacia que veste a roupagem do  
9 artigo 34 inciso I também do Estatuto. Colocada a matéria em votação foi  
10 aprovada por unanimidade o voto do relator. Passou-se ao julgamento do  
11 **Processo nº 618/2009**, figurando como Recorrente: Marília dos Anjos Maçaíra  
12 Guicho e Recorrido: Wellington Daniel Gregório dos Santos. O Conselheiro fez  
13 leitura do relatório como não houve questionamentos passou-se ao voto que ao  
14 final recebeu o recurso e no mérito negou-lhe seguimento no sentido de manter  
15 incólume a pena ética disciplinar de suspensão do exercício profissional por 45  
16 (quarenta e cinco) dias aplicada a recorrente pelo Tribunal de Ética e Disciplina  
17 da OAB/TO, pela infração ao artigo 34 inciso XXV do Estatuto da Advocacia.  
18 Colocada em votação foi aprovada por unanimidade nos termos do voto do  
19 relator. Em seguida passou-se aos **item 6** - Registro de Sociedade Simples sob  
20 denominação Portilhos Advogados Associados, **Item 7** - Alteração Registro de  
21 Sociedade Simples sob denominação Chegury, Manzano & Advogados  
22 Associados S/S, **Item 8** - Alteração de Registro de Sociedade Simples sob  
23 denominação Coelho, Guinzelli & Dall' Agnol Sociedade de Advogados S/S, **Item**  
24 **9** - Registro de Sociedade Simples sob denominação Elyedson Pedro Advogados,  
25 **Item 10** - Alteração de Registro de Sociedade Simples sob denominação Cunha  
26 Advogados Associados; e **Item 11 da Pauta** - Registro de Sociedade Simples  
27 sob denominação Carvalho Advogados; em relação ao item sete o Conselheiro  
28 Tulio Chegury manifestou sua suspeição, submetidos à apreciação e votação em  
29 bloco, a Comissão deu parecer pelo deferimento de todos os requerimentos,  
30 submetidos à votação foram aprovados por unanimidade. Em seguida o  
31 Presidente Epitácio Brandão passou às manifestações pessoais, a Conselheira  
32 Moema solicitou informações sobre a ação dos procuradores do município, o  
33 Presidente Epitácio Brandão informou que o Presidente do Conselho Federal  
34 Marcos Vinicius iria agilizar; informou também que foi procurado pelo  
35 Secretário Municipal de Infraestrutura do município para que a OAB/TO  
36 entrasse com ação para discutir uma lei municipal, e disse que tal ação pode  
37 até prosperar, que iria analisar, mas antes precisava resolver a questão dos  
38 procuradores do município, cobrou a solução do problema, que ele acha que é  
39 viável. O Conselheiro Ronan Pinho pediu preferência para se manifestar antes  
40 dos demais Conselheiros e falou sobre as correições em era de E-Proc, e relatou  
41 que no Fórum de Palmas a porta do Cartório da Terceira Vara Cível estava  
42 trancada, que não vê efetividade nestas correições para melhora da prestação  
43 jurisdicional, que esse tema deve ser discutido com o TJ, que os próprios juízes  
44 criticam as correições, que não servem para nada, o Conselheiro Adwardys  
45 Vinhal disse que tem o mesmo posicionamento, o Presidente Epitácio Brandão  
46 disse que já levou esse assunto à Presidente do TJTO, a qual disse que nessa



1 correição não daria para fazer nada, mas que tentaria evitá-las no futuro, o  
2 Conselheiro Federal Ercílio Bezerra informou que em off o pessoal do TJ disse à  
3 imprensa que isso é regimental, etc., que em Colinas a correição foi marcada  
4 imediatamente após as férias da Magistrada. O Conselheiro Saulo Freire falou  
5 sobre o anteprojeto de lei da Código de Organização Judiciária do Tocantins,  
6 que o TJTO está trabalhando na surdina, entende conveniente a OAB/TO  
7 nomear representante para acompanhar esse trabalho, informou que existem  
8 propostas para tirar um dos dois juízes de Taguatinga, o Presidente Epitácio  
9 Brandão disse que a Presidente do TJTO se comprometeu a apresentar a  
10 OAB/TO o anteprojeto antes de submetê-lo a votação. O Presidente da Subseção  
11 de Gurupi Albery Cesar manifestou sobre a audiência publica em Gurupi para  
12 tratar do sistema prisional e criminalidade relacionada, que a ata da audiência  
13 será encaminhada ao Governador do Estado, agradeceu o apoio da Diretoria da  
14 Seccional, informou que a construção do clube está adiantada, convidou todos  
15 para o “boi no rolete” no dia quatorze de junho próximo, em Gurupi, comentou  
16 sobre a tentativa de assassinato do cliente do advogado Iron Lisboa, que acabou  
17 sendo atingido, o Conselheiro Alexandre Abreu disse que já está acompanhando  
18 o caso, é possível fazer moção de solidariedade, Conselheiro Tulio Chegury  
19 manifestou a inoperância do Conselho Superior de Segurança do TO, que nada  
20 faz, que o Presidente da OAB/TO poderia instigar o Governador a tomar alguma  
21 providência. O Conselheiro Alex Hennemann mencionou a criação da Comissão  
22 de Direito Notarial, que foi regulamentado o registro da existência de citação de  
23 ações reipersecutórias, com desconto de setenta e cinco por centos sobre a  
24 tabela para os advogados que fizerem esse registro na vigência da nova lei de  
25 custas. O Conselheiro Adwardys Vinhal retomou o tema das correições e propôs  
26 a criação de comissão para apresentar sugestões, o Vice-Presidente Rubens  
27 Dário manifestou que os advogados não concordam com a suspensão dos  
28 serviços, atendimentos e prazos durante as correições, e isso deveria ser  
29 manifestado aos TJTO veementemente, retomando o Conselheiro Adwardys  
30 Vinhal agradeceu a verba de cem mil reais para o clube de Colinas. O Presidente  
31 Epitácio Brandão disse que enviaria ofício a Presidência do TJTO mostrando a  
32 posição do Conselho da OAB/TO. O Conselheiro Alessandro Canedo  
33 parabenizou a posição da Comissão de Defesa das Prerrogativas, e que o maior  
34 prejudicado foi a parte, humilde, que a Ordem deve acompanhar de perto esses  
35 casos, que entende que a OAB deveria se retirar do Conselho Superior de  
36 Segurança, que não vê razão para a Ordem fazer parte nessa situação, O  
37 Presidente Epitácio Brandão disse que esse tema será tratado na audiência que  
38 terá com o novo Governador, a Conselheira Dorema Costa entende que a  
39 OAB/TO não deve se retirar do Conselho, e sim cobrar mais participação do  
40 Estado, o Procurador de Defesa das Prerrogativas Marcos Frederico comunicou  
41 o agradecimento da subseção de Paraíso do Tocantins pelo apoio que vem  
42 recebendo da Diretoria. O Presidente da Comissão de Apoio aos Advogados em  
43 Início de Carreira Renato de Oliveira disse que no período da correição a Juíza  
44 Dr.<sup>a</sup> Odete, da Vara de Família, realizou audiência e não suspendeu os prazos,  
45 que alguns magistrados não concordam com as correições. O Conselheiro Tulio  
46 Chegury em manifestação comunicou aos pares que o Regimento Interno do



1 TED foi aprovado pelo Conselho Federal, e os processos a partir de então serão  
2 relatados pelos membros do TED, conclamou aos Conselheiros que estão com  
3 processos ético-disciplinares a devolve-los, se possível antes da sessão de junho  
4 do TED. Em seguida o Presidente Epitácio Brandão declarou encerrada a sessão  
5 e convidou todos para a solenidade de entrega de carteiras para aos novos  
6 advogados e estagiários. Esgotada a pauta, eu Paulo Saint Martin de Oliveira,  
7 Secretário-Geral da Seccional do Tocantins da Ordem dos Advogados do Brasil,  
8 lavrei a presente ata que na sessão seguinte será lida, discutida e votada pelos  
9 presentes.

**Dr. Epitácio Brandão Lopes**  
Presidente

**Dr. Paulo Saint-Martin de Oliveira**  
Secretário-Geral